

A ESCOLARIZAÇÃO FEMININA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX EM ARACAJU E AS CONTRIBUIÇÕES DA PROFESSORA CATEDRÁTICA DE FRANCÊS NORMA MONTE'ALEGRE DOS REIS (1888-1984)

Fabiane Vasconcelos Andrade

Universidade Federal de Sergipe¹

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Universidade Federal de Sergipe²

Apresentação

Este estudo objetiva analisar aspectos da escolarização feminina nas primeiras décadas do século XX em Aracaju, e as contribuições da professora catedrática de Francês da Escola Normal, Norma Monte' Alegre dos Reis (1888-1984). Filha única de Zacarias Horácio dos Reis advogado, e Josefa Monte' Alegre dos Reis, dona de casa, Norma foi aluna da Escola Normal, formando-se em 1912. Neste mesmo ano assumiu a cadeira de Francês na instituição, aposentando-se em 1951.

Através de vestígios diversos localizados em arquivos públicos e privados como, registros da imprensa, diploma, documentos pessoais e depoimentos de ex-alunas esperamos contribuir para a História da Educação em Sergipe, recuperando a trajetória desta professora. Além de lecionar na Escola Normal, a professora Norma Reis foi também diretora do Instituto América (1920-1935) e professora particular atuando na formação de várias gerações de moças sergipanas.

As jovens sergipanas no início do século XX em geral eram encaminhadas para escolas privadas, que funcionavam em regime de internato ou semi-internato, para realizarem o ensino primário e posteriormente a maioria delas seguiam para a Escola Normal Rui Barbosa, que formou várias gerações de intelectuais sergipanas. Neste estudo privilegiamos a análise da escolarização feminina nas primeiras décadas do século XX, em Aracaju, através dos pressupostos teóricos da História da Educação a partir da abordagem da História Cultural.

O estudo do panorama do campo educacional em Aracaju, neste período, permite apreender aspectos sobre instituições, práticas e saberes que constituíam o projeto de educação para as mulheres neste Estado. No campo educacional participam das “disputas e do jogo” as instituições escolares, as associações culturais e profissionais relacionadas com a escolarização, alunos, pais, professores, diretores e autoridades educacionais. Entende-se campo

educacional a partir da categoria campo na perspectiva apresentada por Bourdieu (1980, p.89-91):

o campo é um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições neste espaço(...) para que ele funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo (...) que conheçam e reconheçam as leis imanentes do jogo e dos objetos de disputa. (...)A estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta(...) tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos.

As primeiras décadas republicanas foram marcadas pelo incremento da grande imprensa em todo o Estado. Um grande número de jornais diários e até mesmo de revistas literárias (em geral de curta duração) foram criados e tiveram circulação garantida. Dois cinemas estavam em funcionamento em Aracaju, “Carlos Gomes” e “Rio Branco”. Além da exibição de filmes, eles serviram de palco para Companhias Teatrais, locais e de outros estados. Várias associações (educacionais, científicas, literárias) foram criadas com fins diversos, entre outros, o Club Esperanto (1906), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916), o Club Esportivo Feminino (1919), Hora Literária (1919) e a Academia Sergipana de Letras (1929).

A urbanização, assim como a implantação das indústrias têxteis e de grandes empresas comerciais, principalmente na capital, contribuiu para o fortalecimento das camadas médias no Estado. Aos poucos, a conjuntura nacional, com a inflação crescente, o sistema eleitoral precário e permeável a fraudes, as tentativas de se sobrepor às oligarquias instituídas, tanto em nível estadual como nacional, começaram a preencher as páginas da imprensa sergipana de insatisfação. De alguma forma, os tenentistas sergipanos que se subverteram em 1924 (Revolta 13 de julho) e em 1926 expressaram uma parte deste descontentamento. A repressão ao primeiro levante fez prisioneiros não apenas os jovens oficiais, mas também um grupo de intelectuais e pessoas influentes na sociedade sergipana³.

O crescimento da população de Aracaju, na década de 1920, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, pode ser explicado pela grande

migração do interior para a capital, entre outros fatores. A modernização da cidade e a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolarização aumentaram os atrativos para este processo migratório. Segundo Dantas (1999, p.48), em 1920, a população de Aracaju era aproximadamente de 37.440 habitantes e, em 1924, cresceu para 42.469 indivíduos.

Entretanto, o crescimento populacional não correspondeu ao aumento do número de crianças e jovens escolarizados. O total de alunos matriculados no ensino primário em 1889 era menos de 2% da população. Em 1930, o percentual de atendimento subiu para quase 3% da população. Apesar do crescimento da matrícula do Colégio Atheneu e da Escola Normal e também do aumento do número de alunos concluintes do ensino primário na capital, os índices ainda apresentavam a seletividade do sistema de ensino e a restrita parcela da população que tinha acesso ao processo de escolarização oficial.

A opção por algumas instituições escolares e o investimento das famílias no envio e na manutenção de seus filhos e filhas em colégios de prestígio, não era aleatória, mas resultado da posição⁴ que ocupavam na sociedade e nas expectativas que depositavam nas futuras gerações.

Ao longo das últimas décadas do Império, o crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas no mesmo período favoreceram o acesso das meninas e jovens aos bancos escolares, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais (LOURO, 1997, p.446). Serem boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente construído para elas, que exigia uma moral sólida e bons princípios.

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. Novas exigências são colocadas para as mulheres, que desde jovens devem ser preparadas para assumir o papel de educadora no lar. Os discursos liberais insistiam na escolarização primária da mulher e valorizavam como campo de atuação feminina, o espaço doméstico⁵.

O acesso à escolarização considerado uma conquista principalmente para as mulheres, pode ser compreendido também como distinção. Segundo Bourdieu (1974),

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a 'distinção' – no sentido duplo do termo – das clas-

ses cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem 'como cultura' (...) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhante (BOURDIEU, 1974, p.221)

Associada à educação familiar, freqüentar um colégio de prestígio possibilitava novas dimensões de aprendizagem, estabelecidas no contato com outras jovens e com os professores.

No ano da Proclamação da República, Sergipe já contava com 172 escolas de primeiras letras, sendo 78 masculinas, 20 femininas e 74 mistas. Em relação ao número de alunos atendidos, percebe-se que a presença das alunas já corresponde quase à metade do total dos alunos atendidos: as meninas eram 2.550, os meninos eram 2.569, totalizando 5.119 matriculados (NUNES, 1984, p.158).

A feminização do magistério primário se consolidou nas primeiras décadas do século XX, não apenas em Sergipe, mas também em outros estados. Ressalta-se que as “professoras levavam desvantagem em relação aos professores em termos de carreira e remuneração, e o magistério se consolida como profissão feminina de carreira masculina” (DEMARTINI, 2002, pp.69-93).

Os Lugares da Escolarização Feminina em Aracaju

A partir dos estudos elaborados por historiadores e educadores sergipanos ⁶, realizamos um levantamento das informações privilegiadas sobre a escolarização feminina em Sergipe, em instituições públicas e privadas, tendo em vista o período da passagem do século XIX para o século XX. Não pretendemos aqui um estudo aprofundado de cada uma das instituições, uma vez que muitas delas são particulares e durante muito tempo, “as leis protegeram a ausência de documentação pois, os estabelecimentos de ensino, fundados pela iniciativa privada, eram dispensados de enviarem relatórios sobre a situação dos mesmos” (RIBEIRO, 1996, p.10).

No período de 1855 a 1871, foram criadas três aulas públicas de ensino primário feminino em Aracaju. A primeira delas foi provida pela professora Josefa Maria Trindade e

começou a funcionar em 1855, além do currículo legalmente previsto ela preparava suas alunas para o magistério. Em 1868, foi criada a segunda aula sob a responsabilidade da professora Ana Saturnina de Rezende Mundim. A terceira, surgiu em 1870, na tentativa de atender a demanda pela escolarização de meninas, sendo nomeada como professora Francina da Glória Muniz Teles⁷ (CALAZANS, 1949/1951, p.109-112).

As instituições educacionais em Aracaju, que tiveram uma importância preponderante na vida escolar das jovens foram criadas a partir do início do século XX. No interior do Estado, desde a metade do século XIX, encontramos Colégios particulares funcionando com regularidade e educando várias gerações da mesma família.

O Colégio Nossa Senhora Sant'Anna, fundado por D. Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança em Laranjeiras (SE), foi transferido em 1906 para Aracaju, sob a direção de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, e funcionou até 1941. As festas desta instituição preenchiam as colunas dos jornais de Aracaju. Além das provas orais e escritas, havia a apresentação de textos dramáticos, peças musicais e uma exposição de trabalhos manuais.

Os Salesianos que chegaram em Sergipe em 1902, a pedido do Presidente do Estado Monsenhor Olímpio Campos, fundaram, em primeiro lugar uma Escola Agrícola Salesiana denominada Tebaida para meninos desvalidos. Em 1908, criaram o Oratório Festivo Salesiano, também para atender meninos que perambulavam pela rua. Em 1909, foi fundado o Colégio Salesiano, que teve sede própria a partir de 1913 e que, inicialmente só recebia meninos mas depois passou a aceitar meninas. Dos Colégios citados este é um dos poucos ainda em funcionamento⁸.

Em 1904, foi fundada a Escola Laranjeirense pela professora Eufrosina Amélia Guimarães (Zizinha Guimarães, 1904-1964), em Laranjeiras (SE). Ministrava o ensino primário e secundário misto⁹.

Outra instituição responsável pela educação das jovens da elite sergipana foi o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundando em 1903, em Aracaju, pela Irmãs Sacramentinas com sede em Valence (França) que aceitava alunas internas, semi-internas e externas. Em 1923, através de terreno doado pela Prefeitura, e da construção do prédio a partir da ação do Presidente do Estado Graccho Cardoso, o Colégio passou a possuir sede própria, onde funcionou até 1973 (NUNES, 1984, p.204).

O Colégio Tobias Barreto, fundado em Estância (SE) em 1909, pelo Prof. José de Alencar Cardoso, passou a fun-

cionar em Aracaju, a partir de 1913, inicialmente com clientela masculina. Sua característica marcante foi a militarização adotada, expressa nos uniformes dos alunos e na realização de “Tiro de Guerra”. Começou a ser frequentado por meninas em 1920, funcionando até 1969, quando os seus prédios foram adquiridos pelo Estado¹⁰.

A professora Norma Reis criou, em 1920, um novo educandário feminino em Aracaju, que funcionou até 1935. A renomada diretora era também professora catedrática de Francês da Escola Normal. Este estabelecimento de ensino funcionava em regime de internato e externato, oferecendo o curso primário e secundário para meninas e jovens.

Além das aulas públicas masculinas, femininas e mistas, disseminadas em várias localidades do Estado, se fazem presentes nos jornais de Sergipe, a Escola Normal e o Atheneu Sergipense¹¹. A diversificação da oferta de ensino público, privado, confessional (católico e protestante) e laico, foi uma característica do período. Assim como a presença de docentes que ensinavam em escolas públicas, como o caso de professores catedráticos da Escola Normal e do Atheneu, e dirigiam escolas particulares ou eram contratados como professores.

Os currículos oferecidos se baseavam quase sempre no mesmo elenco de disciplinas, variando muito pouco de uma instituição para outra. A ênfase, nas primeiras décadas do século XX, nas escolas femininas era o estudo de Línguas Estrangeiras e de Português (Gramática e Literatura), noções de Matemática e Ciências, os Trabalhos Manuais e Música.

Muitas alunas, depois que se formavam, atuavam como professoras nos mesmos estabelecimentos de ensino, e grande parte das professoras que ensinava no Colégio Sant’Anna e Boa Esperança trabalhava também em escolas públicas, principalmente no Grupo Escolar Modelo e na Escola Normal.

Ressalta-se a existência de um significativo grupo de diretoras de escolas femininas em todo Estado, em um período em que a mulher, submetida ao pátrio poder, quando solteira, ou ao poder legal do marido como chefe da sociedade conjugal, necessitava de autorização para assinar contratos de trabalho, sendo considerada incapaz no tocante ao exercício dos direitos civis e políticos. Uma outra característica marcante era que estas escolas, quando não eram dirigidas e mantidas por organizações religiosas católicas ou protestantes, configuravam-se numa espécie de empresa familiar, onde outras pessoas da família, mãe, irmãs, tias e até mesmo o pai, assumiam funções no estabelecimento de ensino.

A Formação de Professores e a Atuação da Professora Norma Reis – 1888-1984

O curso normal surgiu a partir de 1870, em Sergipe, com a criação do Atheneu Sergipense. Este que oferecia, para alunos homens, duas modalidades de ensino secundário: o de Humanidades e o Normal¹². Em 1874, o Presidente Passos de Miranda criou uma Escola Normal independente do Atheneu, destinada ainda somente a rapazes com a expectativa de que a procura por esta modalidade pudesse aumentar, estando separada do curso de Humanidades. No entanto, os registros de matrícula continuaram muito restritos, Nunes (1984, p.128) apontava, entre outras causas a falta de estímulo para a formação para o magistério, a baixa remuneração do professor e o favoritismo político na nomeação de “qualquer um” para as aulas públicas.

A Escola Normal para moças foi instalada em 1877, no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju, pelo então Presidente da Província João Pereira de Araújo Pinto. O objetivo do curso de preparação para o magistério se ampliava na medida em que oferecia uma possibilidade de profissionalização às jovens órfãs e também a continuidade de estudos para alunas não internas. Em 1911, a Escola Normal passou a funcionar em prédio próprio na praça central da cidade, onde funcionou até a metade da década de 50.

A partir de 1901, a Escola Normal pelo seu regimento poderia ter recebido alunos de ambos os sexos, no entanto, não houve matrícula de alunos homens neste período¹³. De acordo com os indícios levantados, alguns professores homens procuraram a Escola no final da década de 30 para realizarem o Curso de Aperfeiçoamento (de duração de um ano). Como alunos regulares, eles só freqüentaram a Escola na partir da década de 1970, inicialmente no período noturno.

A Escola Normal foi para Aracaju, durante um longo período, um espaço de formação feminina. Nesse sentido, Novaes (1984) ressaltou algumas das funções deste tipo de instituição, nas primeiras décadas do século XX, formação profissional, ampliação da instrução, elevação cultural da mulher brasileira; uma vez que “o magistério entendido como prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina, e por conseguinte, a única profissão aceita plenamente para a mulher” (NOVAES, 1984, p.21-22).

Em 1916, a Escola ampliou ainda mais sua oferta de ensino, com o Curso Complementar, que tinha a duração de um ano letivo e funcionava como intermediário para o acesso ao curso normal. Até 1925, o certificado de aprovação, neste curso, permitia acesso ao curso de formação de professores

sem a necessidade de realização do exame de admissão. Em 1922, este curso foi estendido para dois anos, sendo que no primeiro ano manteve-se o caráter preparatório para o curso normal e o segundo deu ênfase à formação específica para as jovens que não desejassem se encaminhar para o magistério¹⁴, fundamentado em disciplinas como, Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Higiene Infantil, Arte Culinária e Música. Percebe-se pelo programa do curso a preocupação com a formação para as atividades relacionadas ao espaço doméstico e à maternidade.

O Grupo Escolar Modelo¹⁵, funcionava como uma instituição anexa à Escola Normal, até a metade da década de 30. Oferecia o ensino primário e serviu como campo para a prática profissional das normalistas. Em 1937, foi inaugurada uma escola de educação para crianças de 4 a 6 anos, também anexa à instituição.

Em 1923, a Escola Normal passou a ser denominada Escola Normal Rui Barbosa, por iniciativa do Presidente do Estado Graccho Cardoso e, em 1947, com a Reforma instituída pela Lei Orgânica do Ensino Normal (n.8.560, de 2/01/1946), passou a ser Instituto de Educação Rui Barbosa.

Estudando as trajetórias de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa¹⁶, identificamos que muitas alunas buscavam a formação para o magistério como possibilidade de profissionalização, que poderia garantir futuramente uma certa autonomia e independência. Para outras, a instituição servia como estratégia para a ampliação de estudos, inclusive visando a possibilidade de irem estudar fora do Estado de Sergipe, pois durante alguns anos as primeiras alunas (que tinham as melhores notas) eram agraciadas pelo Governador com bolsas de estudos para aperfeiçoamento no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quando estas jovens retornavam, elas eram nomeadas para uma vaga em uma escola em Aracaju, e não precisavam iniciar a carreira no interior do Estado, como a maioria das normalistas que precisavam garantir seu próprio sustento. Entre as premiadas estavam presentes jovens oriundas de famílias da elite sergipana.

No caso da professora Norma Reis, verificamos que ela foi nomeada no mesmo ano que se formou, em 1912, e marcou várias gerações de alunas, conforme os depoimentos abaixo relacionados, por sua competência e habilidade como professora de Francês:

Norma Reis, professora do segundo ano, macia mais intransigente, a fazer-nos conjugar os verbos e aplicar a complexa sintaxe francesa, que ela segura da matéria e cônica de sua responsabilidade de Mes-

tra e eficiente, tornava possível a nossa compreensão. (Ieda, ex-aluna formada em 1920)

Eu tinha, mais ou menos 11 anos, bem adolescente, e fiquei encantada porque tive contato com a língua francesa através dela, através de D. Norma, (...) uma impressão tão bonita da língua francesa que eu tive vontade de ser professora de Francês por intermédio dela, tal foi a beleza da expressão que ela me passou. (Profa. Ivone Mendonça, ex-professora da Escola Normal)

Tendo feito o curso secundário no Atheneu, não tive o privilégio de ser sua aluna de Francês, disciplina de sua especialidade, língua que dominava magistralmente, ao lado do conhecimento profundo que possuía da literatura francesa. Pertenceu àquela geração que tinha na França, a segunda pátria, a pátria intelectual, pela magnitude de seus intelectuais e artistas, e pelas lutas que mantivera para o triunfo da liberdade iniciada com a Revolução de 1789. Mas a conhecia e admirava pelal fama da grande professora que era competente, exigente, transmitindo didaticamente e com entusiasmo às alunas a língua de Victor Hugo. (Nunes, 1984b: 03)

Considerações Finais

Com este panorama acerca das possibilidades da escolarização feminina em Sergipe, nas primeiras décadas do século passado, percebemos que existiam muitas instituições que se preocupavam com a escolarização das meninas, com propostas diversificadas de educação.

A maioria das meninas freqüentava apenas o curso primário. Um pequeno número de jovens podia ampliar seus estudos, em escolas particulares de ensino secundário. O programa desenvolvido era humanista-literário e também enfatizava a aprendizagem de habilidades musicais e manuais. Nas escolas privadas as jovens tinham mais chances de exercitarem o domínio das línguas estrangeiras.

As escolas privadas funcionavam em regimes diversos, internatos ou semi-internatos ou mesmo externatos. As festas escolares noticiadas pela imprensa garantiam visibilidade às alunas e seus aprendizados, principalmente relacionados à música, canto, declamação, domínio de línguas estrangeiras e trabalhos manuais refinados. Algumas alunas destas instituições acabavam assumindo após o curso atividades docentes no mesmo estabelecimento. Aquelas que procuravam as escolas públicas para o ensino secundário

deveriam ser aprovadas em um exame rigoroso de admissão na Escola Normal ou no Colégio Atheneu.

Os custos com a escolarização eram consideráveis. Além das taxas escolares; dos livros e do uniforme, as escolas privadas, em regime de internato, ou semi-internato exigiam enxovais e o pagamento pela alimentação, aulas particulares, entre outros. A possibilidade de investir na ampliação da escolarização das jovens estava restrita às classes dominantes e às camadas médias em ascensão.

Mas que espaço estava reservado para elas na sociedade? Que destinos traçariam depois da escolarização? Que expectativas teriam de futuro?

Mesmo recebendo o que era considerado socialmente como “a educação própria para o seu sexo”, através dos estudos literários e de línguas estrangeiras, da apreensão dos rudimentos da matemática e das ciências, do desenvolvimento de habilidades manuais e musicais, muitas destas jovens ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico.

Referências Bibliográficas

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju 1830-1871. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.20. V. XV. Aracaju; Livraria Regina, 1949/1951. pp.96-120.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. 2. Ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade Editora, 1999.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.) **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSE, 2002. pp. 69-93.

FONTES, Carmelita Pinto. A educadora Zizinha Guimarães. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano II, n.2. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1985. pp.17-18.

FRANCO, Emmanuel. Professora Zizinha Guimarães. Fruto de um contexto sócio-cultural. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano II, n.2. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1985. pp.14-16.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “**Vestidas de azul e branco**”: um estudo sobre as representações de ex-normalistas.(1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003

LOPES, Silvana Fernandes. **A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX**: um exame dos “modelos” veiculados pela literatura de ficção. Campinas, FE/UNICAMP, 1997. (Dissertação de Mestrado)

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MENDONÇA, Ivone. **Depoimento concedido à Fabiane Vasconcelos de Andrade**. Em 25 de março de 2006.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora Primária – mestra ou tia**. São Paulo: Cortez, 1984.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

NUNES, Maria Thetis. A morte da professora Norma Monte Alegre dos Reis. **Jornal Gazeta de Sergipe**. Aracaju, 30 de agosto de 1984b. p.3

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX**: o Colégio Florence em Campinas, 1863-1889. Campinas: Área de Publicações Centro de Memória/UNICAMP, 1996.

NOTAS

¹ Fabiane Vasconcelos Andrade
– Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 1023. Aracaju-SE
Cep:49082-000. fabianevasconcelosan@yahoo.com.br

² Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas – Endereço: Avenida Gonçalo R. Leite, 1960. Condomínio Alfaville – Edf. Alfa-apt. 404. Cep: 49050-370. Aracaju – SE. E-mail: anagbueno@uol.com.br

³ Para maiores informações consultar: Dantas (1999).

⁴ Para Bourdieu: “ a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e das tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (1996, p.27).

⁵ Entre outros estudos sobre o tema, conferir: Bernardes (1988) e Lopes (1997).

⁶ Foram utilizados os estudos de Nunes, (1984) e Calazans (1949/1951) e a imprensa periódica sergipana.

⁷ Sobre a evolução da matrícula nestas três aulas, foram localizados os dados apenas da primeira. No ano de 1857, possuía 13 alunas; em 1850, eram 31 alunas matriculadas; em 1863, contava com 69 alunas. (CALAZANS, 1949/1951, p.110-111).

⁸ Para maiores informações, conferir Nunes (1984, p.204).

⁹ Cf. Fontes (1985, p.17-18) e Franco (1985, p. 14-16).

¹⁰ Segundo Nunes (1984, p.234), em 1917, o Colégio Tobias Barreto tinha 140 alunos e o Colégio N. S. Sant'Anna 82 alunas.

¹¹ O Atheneu Sergipense não era propriamente um estabelecimento de ensino feminino. No seu ato de criação em 1870 (Regulamento do Presidente da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870), não existia proibição explícita para a freqüência feminina. Entretanto, até meados da primeira década da República, ele era apenas freqüentado por alunos homens. Segundo Nunes (1984, p.200), a primeira aluna a freqüentar o Atheneu e concluir o Bacharelato, após 6 anos de curso, foi Sílvia de Oliveira Ribeiro em 1912.

¹² Criado a partir da Regulamentação Orgânica da Instrução Pública assinada pelo Presidente Francisco José Cardoso Júnior em 1870. O Curso Normal masculino deixou de funcionar por falta de matriculados em 1888, a partir da Resolução n.1326, de 17 de maio de 1888, do Presidente Olímpio dos Santos Vital. (Nunes, 1984, p. 157). No entanto, o Atheneu no início do século XX passou a aceitar matrícula de rapazes e moças e voltou a oferecer o curso normal além do curso de bacharel.

¹³ Observamos também que os rapazes não se matriculavam no Curso Normal oferecido pelo Atheneu. As jovens que raramente buscavam este estabelecimento para o curso secundário, geralmente associavam o curso de Humanidades ao Normal, se formando nos dois simultaneamente.

¹⁴ Em 1927, este segundo ano, passou a ser chamado de Curso Profissional Feminino e deixa de ser ministrado na Escola Normal, transferindo-se para o Instituto Profissional Coelho e Campos.

¹⁵ Este foi o primeiro grupo escolar a ser criado em Aracaju, na gestão do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. Depois deste foram criados o Grupo Escolar Central, o Grupo Escolar Barão de Maruim, o Grupo Escolar José Siqueira de Menezes e o Grupo Escolar General Valadão. Os prédios construídos para a implantação destes grupos possuíam uma arquitetura diferenciada e alguns deles ainda abrigam escolas públicas em funcionamento na atualidade.

¹⁶ Maiores detalhes conferir Freitas (2003).